



O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES ARTÍSTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Luana Vieira de Souza¹
Eraldo Pereira Madeiro²

RESUMO

O presente artigo objetiva dialogar sobre o desenvolvimento das atividades artísticas na Educação Infantil de forma breve e simples. Recorrendo-se à consulta bibliográfica, buscou-se formular um breve histórico sobre o Ensino das Artes nas principais legislações brasileiras, sem maiores aprofundamentos ou críticas. Ao mesmo tempo em que se abordou sobre algumas possíveis metodologias artísticas a serem desenvolvidas no cotidiano da Educação Infantil, tendo como pressuposto as DCNEIs, principal documento do segmento em questão. Pontuou-se nas considerações finais pequena crítica quanto as limitações docentes ao uso de metodologias artísticas com fins à promoção do desenvolvimento pleno da criança.

Palavras-chave: Educação Infantil, Atividades Artísticas, DCNEI.

INTRODUÇÃO

O universo artístico é algo que está além da compreensão plena, uma vez que sua dimensão envolve incontáveis meios de manifestações e ainda apresenta um público restrito que, de certa forma, não compreendem sua essência de forma igual.

Visualizar o ensino de artes sob égide institucional é, sobretudo, tentar refletir sobre como se dará tal feito uma vez que, considerando o currículo de formação superior, sua abordagem é “ínfima”, comprometendo, posteriormente, sua aplicabilidade no contexto da Educação Básica.

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica e, por conseguinte, corresponde aos primeiros anos da formação humana, onde atentar às necessidades

¹ Doutoranda em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Mestra em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia pela Uniasselvi. Pós-graduanda em Metodologias Ativas e Educação Híbrida pela Faculdade Herrero. Especialista em Educação Ambiental com ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela Faculdade de Ciências Agrárias – FCA, Especialista em Supervisão Educacional pela Universidade Federal do Amazonas – Ufam. Graduada em Pedagogia pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/Manaus, Gestora de Instituição de Educação Educacional na Semed / Manaus – AM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9112724984433957>. E-mail: luana.souzabff@gmail.com;

² Doutor em Educação. Mestre em Teologia pelas Faculdades EST de São Leopoldo – RS. Graduação em Artes Visuais pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro – SP. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - CE. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2265119272632914>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2263-3952>. E-mail: professormadeiro@gmail.com

concernentes aos comportamentos naturais das crianças pequenas e bem pequenas é um ato importantíssimo à garantia do desenvolvimento integral no campo institucional; requer máxima atenção aos meios utilizados para viabilizar a promoção dos seus aspectos psicossociais e cognitivos.

A utilização das atividades artísticas no cotidiano da Educação Infantil corrobora com as orientações das Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – DCNEIs – por determinarem as **interações e brincadeiras** como seus eixos norteadores.

O presente artigo objetiva refletir de forma sucinta sobre o desenvolvimento das atividades artística na Educação Infantil, sem maiores aprofundamentos, considerando as DCNEIs, enquanto principal documento do segmento em questão.

Apresenta-se breve contextualização história sobre a Educação Artística, enquanto componente curricular, a partir das principais legislações, esclarecendo que não se realizou pontuações críticas.

METODOLOGIA

O artigo é compreendido como uma pesquisa de base (exploratória), sem maiores aprofundamentos ou levantamento de dados; onde se utilizou da metodologia bibliográfica para a elaboração do mesmo, recorrendo-se a livros, artigos e pesquisas na internet que contribuíram à construção textual.

REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando o contexto brasileiro para a formação e desenvolvimento humano, é fato afirmar que as prioridades educacionais sempre estiveram voltadas ao ensino da linguagem e matemática por se entender que “basta ler e escrever”. Inicialmente, tal condição fora a mais aceitável por se entender que, principalmente, à classe menos desfavorecida, já era o suficiente.

Pode-se pensar que desde os primeiros momentos do Brasil República a preocupação em conceber à sociedade uma formação voltada ao conhecimento das artes foi algo governamental, visto a criação do Curso de Museus a partir do Decreto nº 21.129 de 7/3/1932, que vislumbrava atender as necessidades do Museu Histórico Nacional.

Com o intuito de “aprimorar” e garantir os direitos ao acesso educacional, a Lei nº 4.024/1961 menciona em seu Art. 26, parágrafo único, a iniciação às técnicas de artes aplicadas já no ensino primário.



Para Ferri (2008), o ensino da Educação Artística, então, se torna obrigatório aos currículos de 1º e 2º graus com a Lei 5.692/1971, em seu § 7, enquanto componente curricular visto que uma das características da referida lei é a organização das atividades por áreas de conhecimento, ou seja, disciplinas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996 – em seu Art. 26, § 2, determina que “o ensino da arte constituirá componente obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”, garantindo, assim, um espaço ao ensino das Artes nas instituições de ensino.

Por conseguinte, a Lei nº 13.278/2016 incluiu as artes visuais, dança, música e teatro em todos os currículos da Educação Básica, alterando o § 2 do Art. 26, da LDB nº 9.394/1996, determinando ainda a formação adequada de docentes para a prática em questão.

Em breve comentário, não se vislumbrou, até o presente momento, tecer comentários críticos sobre as legislações concernentes à inserção das Artes, enquanto campo curricular, à formação humana institucional; mas, sim, traçar um histórico sucinto.

Sendo a infância a fase do desenvolvimento imaginário, das descobertas, da formação das noções conceituais a partir do desenvolvimento cognitivo e compreensão de mundo, a Educação Infantil exerce papel *sine qua non* à formação humana e necessita ser amplamente conhecida a fim de garantir os direitos de aprendizagem das crianças pequenas (4 e 5 anos) e bem pequenas (0 a 3 anos).

Apresentando um currículo (ainda que não tenha um caráter escolarizante), no qual os eixos norteadores são as **interações e brincadeiras**, a base de toda *práxis* envolve dinamismo, criatividade, pois “O currículo de Educação Infantil é concebido por um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico”. (BRASIL, 2013, p. 86).

Considerando, ainda, que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil – DCNEI, Resolução nº 5, de 12/12/2009 – em seu Art. 6º, inciso III, fixa como um dos princípios a serem respeitados pelas Propostas Pedagógicas de Educação Infantil, os “Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais” (BRASIL, 2010, p. 10).

Percebe-se ser inevitável o uso dos recursos artísticos à promoção do desenvolvimento integral da criança pequena uma vez que suas capacidades de abstração estão em pleno desenvolvimento cognitivo, imaginário, lúdico. Há, portanto, de se respeitar esse universo e buscar prover meios aos quais as crianças sejam atendidas em suas necessidades de interação e desenvolvimento.

Ainda segundo as DCNEIs, uma das práticas pedagógicas a serem garantidas é que as ações docentes “Promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura”. (BRASIL, 2010, p. 26).

Destaca-se, mais uma vez, a importância da percepção sobre o amplo conhecimento a se ter sobre o universo infantil, bem como sobre as formas a serem utilizadas por parte das docentes a fim de envolver as, sob uma intencionalidade pedagógica, nas dinâmicas das atividades.

É fundamental que as instituições de Educação Infantil criem espaços agradáveis, que permitam às crianças ampliar suas possibilidades de se expressar, comunicar, criar, compartilhar, conviver, brincar.

As atividades teatrais compõem a *práxis* do cotidiano de Educação Infantil; mas precisam ser pensadas com a intencionalidade pedagógica que estas ações contêm; pois “Talvez fazer teatro para as crianças signifique ‘mergulhar num rio de emoções’, [...]” (FRABETTI, 2011, p. 3). Significa dizer que docentes precisam, igualmente, vivenciar sobre seus papéis teatrais, sobre os sentimentos gerados em suas apresentações (sim, docentes são personagens em vários contextos do ano letivo), sobre o fato de ter crianças pequenas como público e se suas mensagens alcançam seus universos infantis, sobre as possibilidades de ampliação de vocabulários e o mundo imaginário que a criança desenvolverá.

Oportunizar às crianças uma visita ao museu é um grande passo à Educação Infantil por envolver inúmeros fatores e requerer grandes responsabilidades. Ao mesmo tempo, é uma atividade que, certamente, permitirá que sejam envolvidas um outro universo artístico, favorecendo um “[...] aprendizado a partir de influências dos aspectos físicos, espaciais, das pessoas mais próximas, da linguagem e dos conhecimentos próprios das culturas presentes no contexto social no qual a criança está inserida”. (CARVALHO, LOPES e CANCELA, 2022, p. 172).

Visitas ao museu e/ou teatro, em muitos casos, é algo inovador, pois nem todos tem essa experiência cultural; principalmente, crianças de Educação Infantil das escolas públicas. Estas atividades “[...] geram informações artísticas e culturais” (idem, 2022 p. 174.). Oportunizar o contato da criança com exposições em museus ou visita aos teatros contemplaria os princípios estéticos das DCNEIs.

[...] para que as experiências ocorram nos espaços museológicos não basta apenas o ato da contemplação. É importante que os setores educativos realizem ações que não limitem o público, principalmente o segmento infantil, apenas à contemplação dos



objetos, e sim, que promovam a emoção e a interpretação crítica acerca do patrimônio ali exposto, a partir de um trabalho consciente de mediação. (CARVALHO e LOPES, 2022, p. 912)

Importante destacar que o fato de introduzir tais atividades no contexto institucional, não significaria capacitar a criança como apreciadora das artes, pois não é esse o objetivo; mas, permiti-la um contato extraclasse com outros meios de desenvolvimento psicossocial, com outras atividades cognitivas e sensoriais, despertando interesse e curiosidade.

Outra atividade de imensurável significado é a utilização dos quadrinhos por estar mais acessível à criança, destacando que o Brasil apresenta vasta produção por meio de revistas em quadrinhos, sendo o Maurício de Souza o mais importante cartunista brasileiro e criador das melhores personagens: a Turma da Mônica, cujas revistinhas foram distribuídas nas escolas públicas municipais por algum tempo.

Desenvolver atividades a partir da leitura de revistas em quadrinhos, orientando as crianças a manuseá-las, introduzindo-as ao universo letrado, despertando seus campos imaginários e criativos, permitindo que exponham suas possíveis ideias sobre os acontecimentos nas historinhas, é uma grande oportunidade de observar o desenvolvimento de suas habilidades orais, gestuais, escritas, plásticas.

Crianças se sentem envolvidas com as contações de histórias; principalmente, quando a narradora, mediante amplo conhecimento sobre essa fase de desenvolvimento, elabora e aplica metodologias envolventes, cheias de magia e encantamento; pois “[...] a literatura se constitui um ‘andaime’ para as experiências infantis em relação à capacidade simbólica da linguagem”. (MICARELLO e BAPTISTA, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há de se ter uma atenção especial para a utilização das atividades artísticas, enquanto proposta de atividade, visto que crianças bem pequenas e pequenas ainda estão em construção do desenvolvimento das diferentes formas de linguagem, estão estabelecendo suas relações consigo e com o mundo, estão permitindo ampliar suas relações sociais. “No caso dos bebês e das demais crianças pequenas, a prática da leitura literária diz respeito também a uma dimensão corporal, de acolhimento aos gestos, entonações, trocas de olhares, sorrisos e afagos que se fazem presentes nos momentos nos quais alguém mais experiente lhes conta ou lê uma história”. (MICARELLO, BAPTISTA, 2018, p. 171-172).



Um dos recursos mais comuns utilizados pelas docentes de Educação Infantil é o desenho e a pintura, em sua maioria, via modelo impresso ou de forma livre; geralmente, após uma contação de história, tornando-se o momento em que é permitido à criança o uso dos lápis de cores conforme lhe aprouver.

Não deixa de ser uma inclusão ao universo artístico uma vez que contempla as orientações pedagógicas da Educação Infantil: o uso das artes plástica e a promoção à expressão plástica.

Osinski (2019), ao comentar a participação de José Geraldo Vieira, em 1961, no I Salão de Arte Infantil, destaca suas palavras sobre as exposições infantis: “Na fase inicial é o seu mundo que ela desenha ou pinta. E não propriamente o mundo mesmo dos adultos. [...]”. Subentende-se que os registros artísticos iniciais se caracterizam como expressão do mundo imaginário, por meio do qual a criança realiza e expõe a sua leitura de mundo.

Não se pode esquecer de mencionar que todo processo de desenvolvimento da criança será inserido em seu instrumento avaliativo, “[...] sem o objetivo de seleção, promoção ou classificação” (DCNEIs, 2010, p. 28).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve estudo aqui apresentado permitiu observar quão rico é o universo artístico a ser (re) conhecido por todo ser vivente e refletir, ao mesmo tempo, como este universo ainda é limitado no contexto institucional.

Muito embora componha a grade curricular da Educação Básica, com fins a “erradicar” o analfabetismo nacional, se prioriza o ensino das linguagens e do raciocínio lógico-matemático.

Ao que concerne à Educação Infantil, em sua dinamicidade e criatividade, é possível que docentes do segmento em questão utilizem os recursos artísticos-visuais com maior frequência, seguindo as orientações legais: umas com maiores habilidades que outras, haja vista que suas experiências institucionais com o mundo das artes podem ter sido, igualmente, limitadas.

Há, por meio das Artes, amplas possibilidades de desenvolvimento das habilidades das crianças pequenas e bem pequenas, em sua totalidade; mas, requer alto desdobramento da equipe docente em utilizá-la a seu favor. Algumas atividades, claro, necessitam de muito planejamento e responsabilidade.



Havendo nas instituições de Educação Infantil espaço (principalmente o físico), organização, compreensão sobre as orientações pedagógicas, oficinas didático-pedagógicas e parcerias, poder-se-á oportunizar uma Educação Infantil com qualidade.

A síntese consiste em observar quão necessária é a formação docente em seu caráter mais amplo de forma tal que permita uma práxis mais confiante, segura, revolucionária, inovadora.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto n 21.129 de 7 de março de 1932**. Disponível em

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932-502948-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 17/2/2022.

_____. **Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em:

<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>. Acesso: 17/2/2022.

_____. **Lei n° 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso: 17/2/2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases, Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso: 17/2/2022.

_____. **Lei n° 13.278, de 2 de maio de 2016**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113278.htm. Acesso: 23/2/2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris Bastos; CANCELA, Clarisse Duarte Magalhães. **Dos quadrinhos para o museu: a democratização da informação em artes para o público infantil**. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ars/a/nPJsqxMDTwcRVCQwkFDt4tg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso: 18/2/2022.

CARVALHO, Cristina; LOPES, Thamiris Bastos. **O público infantil nos museus**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 911-930, jul/set, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/fFmjLFQtTPCnMCZpCHgXTpb/?format=pdf&lang=pt>
Acesso: 21/2/2022.

FERRI, Márcia Barcellos. **Artes na educação infantil: críticas das orientações e diretrizes curriculares**. Dissertação de Mestrado, 2008.



FRABETTI, Roberto. **A arte na formação de professores de crianças de todas as idades: o teatro é um conto vivo.** Pró-Posições, Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 39-50, maio/ago, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pp/a/vbp3TjSfx79c8YnNcD3ZkFn/?format=pdf&lang=pt> Acesso: 18/2/2022.

MICARELLO, Hilda; BAPTISTA, Mônica Correa. **Literatura na Educação Infantil:**

pesquisa e formação docente. Educar em revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 169-186, nov/dez, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/Mw8rScZpX53ky8WVpRNbwLq/?lang=pt> Acesso: 21/2/2022.

OSINSKI, Dulce Regina. **I Salão de Arte Infantil:** apontamentos do crítico de arte José Geraldo Vieira sobre a expressão artística da criança. Educar em revista. Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 87-104, jan/fev, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/4mMQK9dh8z8bKYmvjGCYsQp/?lang=pt>. Acesso: 23/2/2022.